

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº. 06”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL Nº 60 – março/2008
SUMÁRIO

- Aspectos processuais no controle concentrado de constitucionalidade. Coisa julgada, objeto, legitimidade, efeitos da medida cautelar. Aproximação dos sistemas de controle difuso e concentrado – *Denis Donoso*
- (Ainda e sempre) o momento de inversão do ônus da prova – *Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*
- Cumprimento da sentença ou execução e a prejudicialidade – *Gelson Amaro de Souza*
- O novo art. 615-A e a fraude de execução – *Gledson Marques de Campos e Marcos Destefenni*
- A relevância do caso concreto para a determinação do conteúdo da norma (inclusive jurisprudencial): uma hipótese de cabimento de mandado de segurança contra ato jurisdicional – *Hugo de Brito Machado Segundo*
- Ainda a fungibilidade entre as tutelas de urgência. A atual posição doutrinária e jurisprudencial sobre o tema – *Jean Carlos Dias*
- Novos contornos da execução provisória após as alterações processuais: a importância do novo art. 587 do CPC – *José Henrique Mouta Araújo*
- Efeitos da apelação interposta contra a sentença em mandado de segurança – *Luiz Roberto Hijo Sampietro*
- *O Amicus curiae* nos Juizados especiais Federais – *Oscar Valente Cardoso*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº150 – março/2008

- Cessão de crédito e compensação de tributos – a interpretação conforme a Constituição e a restrição da lei 9.430 – *Alexandre Macedo Tavares*
- Dedutibilidade dos juros sobre capital próprio da base de cálculo da CSLL no ano de 1996: proposta interpretativa da expressão “efeitos financeiros” e análise da jurisprudência do Conselho de Contribuintes – *Diego Marcel Bomfim*
- A prestação de serviços personalíssimos, a requalificação do contribuinte do imposto de renda e os impactos da Lei nº 11.196/05 sobre o tema – *Fábio Lima da Cunha*
- Alíquota diferenciada para a CSLL: inconstitucionalidade do artigo 18 da MP 413 – *Gabriel Lacerda Troianelli*
- As sociedades de advogados e a contribuição sindical urbana – breves considerações acerca da ilegalidade da cobrança – *Guilherme de Almeida Henriques e Flávio Machado Vilhena Dias*
- Hierarquia e sintaxe constitucional da lei complementar tributária – *José Souto Maior Borges*
- Por que a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 18 (incidência de PIS/Cofins sobre a parcela do ICMS) não deve ser admitida pelo Supremo Tribunal Federal – *Marciano Seabra de Godoi*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados.

Salvador, 13 de março de 2008